

A época em que o país foi às armas

Crimes com uso de armamentos de fogo eram poucos no início do século

Jorge William/12-7-2002

Aydano André Motta

• Quando se contar a História do Brasil, o Século XX poderá ganhar rótulo desalentador — a era em que um país inteiro se armou. A população brasileira cruzou os cem anos encerrados em 31 de dezembro de 2000 aparelhando-se com revólveres, pistolas, espingardas, fuzis, metralhadoras — armas de fogo, enfim. A nação agrícola, de pequenos centros urbanos, do início do século, que ostentava índices residuais de crimes com armas de fogo, viu os números explodirem no fim do período.

— É o dado mais significativo nesta área — atesta a pesquisadora Maria Tereza Sadek, autora do capítulo de justiça das “Estatísticas do Século XX”. — Constata-se claramente que houve uma disseminação do uso de armas de fogo.

No Rio em 1936, foram 230 crimes com arma de fogo

Em 1936, por exemplo, o então Distrito Federal somou 230 crimes cometidos com o auxílio deste tipo de armamento — menos da metade dos delitos com instrumentos cortantes ou perfurantes (507) e índice muito menor do que os crimes com veículos, 1.620 ao longo do ano. Revólveres eram tão raros que até as ocorrências sem o auxílio de armas de qualquer tipo foram mais numerosas: 1.505.

Em 1939, foram registrados apenas 324 homicídios com armas de fogo na cidade hoje internacionalmente famosa pela violência. Maria Tereza ainda sublinha que, no início



A DESTRUIÇÃO DE ARMAS apreendidas no Rio: guerra perdida para os bandidos ao longo do Século XX

do Século XX, os crimes eram praticamente todos cometidos contra a pessoa. Todos os presos na capital em 1907 tinham sido condenados por delitos deste tipo. Entre os 2.833 sentenciados, 2.422 haviam cometido assassinato; 53, tentativa de homicídio; 223, lesão corporal; e 135, violência carnal.

Quase oito décadas depois, em 1985, havia 39.609 presos, 57,8% deles por crimes contra o patrimônio (que só aparecem nas estatísticas a partir de 1943), e 26,5% por crimes contra a pessoa. Outra tragédia que faz parte do cotidiano brasileiro contemporâneo, o tráfico de entorpecentes, surge nos anuários somente a partir da década de 60 — e assim mes-

mo, como crime contra a Saúde Pública. De 1965 a 1985, no entanto, triplicou o número de condenações pelo delito. Não por acaso, o uso de arma de fogo sequer é contabilizado, por ter se disseminado pelos mais variados crimes.

Maria Tereza revela ainda que as informações sobre justiça e segurança se misturaram quando o Brasil foi submetido a regimes autoritários. Durante a ditadura militar, as noções caminharam juntas, sem distinção entre uma coisa e outra. Jamais por acaso, os dados sobre detenções em períodos de exceção carregam uma eloquente falta de precisão.

— Difícilmente se terá condições de saber o grau de veracidade das informações sobre pri-

sões durante os anos de maior repressão — explica a pesquisadora, citando como exemplo o primeiro anuário após o golpe de 1964, que traz apenas dados sobre a prisões existentes, sua natureza e localizações.

Entre as surpresas do estudo, uma das mais impressionantes surgiu no primeiro anuário estatístico, que catalogou os dados de 1908 a 1912. A expressiva maioria dos detentos no Rio era formada por homens, de 20 a 35 anos, solteiros e alfabetizados. A última informação, ressalta Maria Tereza, é no mínimo surpreendente, “sobretudo levando-se em conta o índice de alfabetização da época”. Nas estatísticas, havia ainda ensurdecido silêncio sobre a cor dos presos. ■